



Casa dos Conselhos e Comissões  
"Augusto Ângelo Zanatta"  
Avenida Koeler, 260 - Centro  
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ  
TELEFONE: (24) 2246-9077 - 2249-4300



Conselho Municipal de Cultura  
Petrópolis - RJ

## **ATA MARÇO/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada no dia 11 de março de 2019, às 18 horas, no "Centro de Cultura Raul de Leoni".

1 Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas, no Teatro  
2 Afonso Arinos do Centro de Cultura Raul de Leoni, situado em Petrópolis, estado do Rio de  
3 Janeiro, sob a presidência de Leonardo Cerqueira, representante do Instituto Municipal de  
4 Cultura e Esportes, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com a presença dos  
5 conselheiros representantes do mesmo Instituto Maria Luísa Rocha Melo, Rosane Guitareli e  
6 Carlos Eduardo Coelho, contando ainda com as seguintes presenças: conselheira Catarina A.  
7 Santos e seu suplente Gilson Faustino Maia, representantes do segmento de literatura;  
8 conselheira Elisabeth Souza e seu suplente Pedro Fernandes, representantes do segmento de  
9 teatro; conselheira Sônia Maria Pereira, representante do segmento de artesanato; conselheira  
10 Graça Pimentel, representante do segmento de artes plásticas; conselheira Diana Iliescu,  
11 representante do segmento audiovisual; conselheiro Guilherme Barcelos e seu suplente Rafael  
12 da Silva Santana, representantes do segmento de cultura de rua; conselheira Wanderléya de  
13 Oliveira e seu suplente Felipe Laureano Ciríaco, representantes do segmento de dança;  
14 conselheiro Leonardo Werneck Sindorf, representante da Secretaria de Desenvolvimento  
15 Econômico; conselheira Roberta Müller Freitas, representante da Coordenadoria de  
16 Comunicação Social; conselheiro Marco Antonio Cezar, representante da Coordenadoria da  
17 Promoção da Igualdade Racial; conselheiro Bruno Nogueira, representante da Coordenadoria  
18 de Planejamento e Gestão Estratégica; conselheiro Luiz Claudio Lima e seu suplente Ailton

19 Freitas da Silva, representantes do segmento de bandas marciais; conselheira Mônica Maria  
20 Matos Ferreira Leão, representante do Gabinete do Prefeito; conselheiro André de Amorim,  
21 representante do segmento de música; conselheira Luciana Romaneli, representante dos  
22 museus; conselheira Debora Esteves Müller, representante do Conselho Municipal de Defesa  
23 da Pessoa Idosa; conselheira Márcia Ganem e seu suplente João Felipe Verleun, representantes  
24 do segmento de produção cultural, e conselheira Gisele Gimenez D. Carneiro, representante da  
25 Secretaria de Assistência Social. Também presentes os visitantes Cristina Lima, Andrea Almeida  
26 (IMCE), Rodrigo Kronenberg (assessor vereador Leandro Azevedo), Antônio C. L. Gastão  
27 (segmento de canto coral), Ivo Mendes da Silva e Iverson Mendes (escolas de samba e blocos  
28 carnavalescos), Vinícius Soares Gabriel (sociedade civil), Carlos Völker-Fecher (soc. Civil),  
29 Gaudêncio C. C. Numa (soc. Civil), Claudia Baima, Carlos Fernandes (Carlão) e demais presentes.  
30 Realizadas leitura e aprovação da ata referente à assembleia ordinária ocorrida no mês de  
31 fevereiro, bem como o chamamento oral de presença dos conselheiros. Anunciados os  
32 representantes eleitos da cadeira de canto coral, sendo Antônio Carlos Leal Gastão o titular, e  
33 Tharcio de Freitas Becker, suplente. A documentação que registra a eleição do referido  
34 segmento encontra-se anexada na presente ata. Leonardo Cerqueira apresentou os itens de  
35 pauta a serem discutidos na reunião, sendo: eleição da vice-presidência do CMC; eleição para  
36 representação do CMC na Conferência do COMCIDADE; relatoria da reunião da Comissão de  
37 Orçamento e Finanças, e prestação de contas da movimentação financeira e orçamentária  
38 2017/2018 do Funcultura. Começando pelo primeiro item de pauta, iniciou-se o processo de  
39 eleição do novo vice-presidente do CMC, que terá vigência até dezembro deste ano. Foi  
40 explicada a dinâmica estabelecida pela Comissão Eleitoral, composta por Leonardo Cerqueira e  
41 Marcia Ganem, para acompanhamento deste processo, ficando estabelecido que aqueles  
42 interessados em se candidatar ao cargo deveriam primeiramente ter que se manifestar  
43 respondendo ao e-mail enviado pela secretaria do CMC aos conselheiros. A única candidata que  
44 se apresentou foi Diana Iliescu, que foi convidada então a expor sua justificativa para preencher  
45 o cargo para, logo após, iniciar a votação aberta. Certificando-se antes de que ninguém mais  
46 teria interesse de concorrer ao cargo, Diana Iliescu fez uso da palavra, colocando-se à  
47 disposição, e dizendo que é preciso agora cobrar do governo o “básico do básico”, ou seja, que  
48 a Lei do SMC seja cumprida e que haja garantia de proteção ao patrimonial público,  
49 destacando os espaços do Centro de Cultura, exemplificando a Sala de Cinema Humberto  
50 Mauro que está há meses fechada por conta das más condições de uso. Também mencionou a

51 questão dos passivos de artistas e prestadores de serviços contratados para eventos da  
52 Prefeitura e que ainda não tinham sido pagos. Lamentou a ausência do presidente do IMCE na  
53 reunião, dizendo que ele poderia dar pauta aos avanços relativos aos pleitos do CMC. Lembrou  
54 que o Sistema Municipal de Cultura é instrumento democrático e aberto, de forma a garantir  
55 que haja política pública na cidade. Feita a apresentação e certificando-se de que todos  
56 estavam aptos a votar, Diana Iliescu foi eleita como vice-presidente por unanimidade,  
57 contabilizando dezesseis votos. Passou-se à eleição dos representantes da sociedade civil do  
58 CMC para participação na Conferência Municipal da Cidade que irá acontecer no dia 27 deste  
59 mês. Leonardo Cerqueira explicou em linhas gerais que o COMCIDADE é o conselho que reúne  
60 todos os conselhos, e que na sua conferência haverá a oportunidade da sociedade civil  
61 participar diretamente da elaboração de diretrizes de políticas públicas da cidade. Se  
62 candidataram os conselheiros Diana Iliescu, Guilherme Barcelos, Pedro Fernandes e André de  
63 Amorim. Os nomes foram aprovados por unanimidade. A seguir foi dada a palavra a Carlos  
64 Coelho, o novo Assessor Especial de Gestão e Fomento à Cultura e Esporte do IMCE. Ele  
65 agradeceu a oportunidade e confiança, e disse que sua formação vem do esporte, mas há  
66 alguns anos tem se dedicado à produção e realização de eventos, e que está no Instituto para  
67 somar forças. Leonardo Cerqueira observou que, aos poucos, a estrutura do IMCE está se  
68 recompondo. Dando prosseguimento à pauta, Leonardo Cerqueira fez um relato sobre as duas  
69 vezes em que a Comissão de Orçamentos e Finanças se reuniu, com o objetivo de que seus  
70 membros se inteirassem da situação antes de se fazer a prestação de contas pleiteada pela  
71 plenária. Foi apresentado um quadro com a receita arrecadada em 2017, empenhos e saldo das  
72 dotações deste mesmo ano; um outro quadro com a receita arrecadada e saldo das dotações  
73 em 2018, sendo que não houve empenho neste ano, apresentando um déficit de R\$  
74 121.237,51. Os quadros demonstrativos encontram-se anexados na presente ata. Leonardo  
75 Cerqueira sugeriu que fosse encaminhado ofício à Secretaria de Fazenda para que a mesma  
76 pudesse tomar conhecimento da situação. Diana Iliescu questionou quanto ao valor total do  
77 orçamento do IMCE para que se pudesse calcular os 5% do orçamento do Fundo, pois, para que  
78 a prestação de contas ora apresentada seja completa, seria preciso ter esta previsão. Márcia  
79 Ganem disse que não via sentido em oficiar mais uma vez a Secretaria de Fazenda, pois já foi  
80 pedida anteriormente tal prestação de contas. Leonardo Cerqueira disse que havia solicitado à  
81 Diana Iliescu de que o Fórum Popular de Cultura elaborasse este ofício para o IMCE. Mônica  
82 Leão aconselhou que situações como esta devem ser ditas e combinadas no âmbito das

83 reuniões do CMC, evitando assim ruídos. Diana Iliescu solicitou que a Comissão de Orçamento e  
84 Finanças apresentasse na próxima reunião a prestação de contas completa referentes aos  
85 exercícios 2017 e 2018, contendo inclusive gastos anuais, de forma a averiguar se a Lei está  
86 sendo cumprida ou não. André de Amorim perguntou onde está o prefeito, após todos estes  
87 escândalos, sendo que ele próprio continua recebendo reclamações de artistas que  
88 trabalharam em eventos do IMCE e que ainda não foram pagos. Disse que o prefeito deveria  
89 comparecer à reunião, haja vista que Leonardo Randolpho deixou de assinar uma série de  
90 compromissos, e que o prefeito foi o culpado por ter nomeado um gestor “ladrão”. Que os  
91 artistas querem fazer um movimento cobrando esclarecimentos do prefeito pelos equívocos  
92 praticados por Leonardo Randolpho. Lembrou que há dois anos, o prefeito esteve na reunião do  
93 CMC pedindo um voto de confiança, e que agora então ele deve vir à assembleia prestar  
94 esclarecimentos. Carlos Fernandes (Carlão) citou a licitação em que a empresa captadora de  
95 recursos para o Natal Imperial, a Doi2 Entretenimento, venceu, afirmando que a mesma já  
96 angariou os valores dos espaços comerciais que vendeu no evento e já captou recursos pela Lei  
97 Rouanet, e que, no entanto, não realiza os pagamentos dos artistas contratados, o que  
98 caracteriza como fraude dentro do IMCE. Comentou que artistas de grande porte foram todos  
99 pagos diretamente pelo IMCE, muito embora houvesse previsão de que a empresa Doi2  
100 Entretenimento realizasse alguns desses pagamentos. Perguntou se foi aberto processo interno  
101 de averiguação quanto a estas situações. Quanto ao Carnaval, citou os registros em ata do juiz  
102 Jorge Martins, dizendo ser vergonhoso que a prefeitura não tenha informado tempestivamente  
103 a necessidade de documentação para viabilização da saída de blocos carnavalescos nas ruas.  
104 Lamentou que ele foi o primeiro a dar um voto de confiança ao novo presidente do IMCE que,  
105 pelo jeito, já se acovardou, pois que é uma vergonha ele não estar presente nesta reunião para  
106 dar as respostas. Leonardo Cerqueira informou que o IMCE está aguardando a prestação de  
107 contas da empresa Doi2 Entretenimento e que o Instituto analisará o termo de referência  
108 elaborado para o evento Natal Imperial, de forma a verificar quais pagamentos são devidos ou  
109 não. Carlão insistiu em saber o porquê da empresa não ter repassado os pagamentos mesmo  
110 tendo recebido os recursos. Vinícius Gabriel tomou a palavra, dizendo que trabalhou no Festival  
111 Internacional de Corais, evento este que envolveu inúmeras pessoas do IMCE, inclusive  
112 mencionando Rosane Guitarelli como sendo a produtora geral do evento e sua coordenadora  
113 direta. Informou que muitos dos contratados receberam pelo IMCE, outros não, estando ele no  
114 grupo dos que não foram pagos e se sentindo lesados, porque o poder público não dá nenhuma

115 satisfação a este respeito. Disse que procurou por Josília Fassbender, presidente do Instituto  
116 Movarte, para resolver esta situação, já que alguns contratos foram realizados em nome do  
117 referido instituto, mas que ela pede para procurar pelo IMCE, alegando que nada tem a ver  
118 com o evento, ficando neste movimento de “ping-pong”, sem porém ter nenhuma resposta de  
119 nenhum dos lados. Afirmou que possui um dossiê que registra toda esta trajetória e que poderá  
120 repassá-lo. Leonardo Cerqueira respondeu que existem situações similares a esta que estão  
121 sendo levantadas pelo IMCE para análise. Guilherme Barcelos relatou que quando se reuniu  
122 com a Comissão de Orçamento e Finanças verificou que todo o orçamento deste ano já está  
123 comprometido, o que inviabilizaria a realização de políticas culturais em 2019. Leonardo  
124 Cerqueira confirmou a informação, esclarecendo que as despesas contraídas pelo Natal  
125 Imperial, de fato, consumiram o orçamento. André de Amorim solicitou a prestação de contas  
126 da empresa Doi2 Entretenimento ao IMCE, pois se sente vítima de fraude, e vê a necessidade  
127 de que estes casos sejam devidamente registrados na delegacia, por conta do contrato feito  
128 para realização do show no evento Serra Bugs. Disse que, nesta ocasião, a banda da qual é  
129 integrante foi contratada pelo SESC, mas que foi o IMCE quem pediu toda a documentação.  
130 Que o cachê pago pelo SESC foi de R\$ 1.400,00, porém foi pago pelo IMCE à Doi2  
131 Entretenimentos o valor de R\$ 7.500,00 pelo mesmo show. Ao ser informado por Leonardo  
132 Cerqueira de que a empresa já havia restituído estes valores recebidos aos cofres públicos,  
133 André de Amorim perguntou onde esta informação aparece no Portal da Transparência, e quer  
134 provas de que houve tal devolução, pedindo que seja apresentado o recibo que comprove este  
135 ressarcimento. Carlão questionou a responsabilização de quem assinou a nota e de quem  
136 ordenou o pagamento dos shows deste evento, alegando que estas informações devem ser  
137 disponibilizadas, visto que é uma vergonha estas pessoas não responderem por nada,  
138 lamentando novamente que o presidente do IMCE esteja ausente na reunião para dar tais  
139 respostas. Leonardo Cerqueira respondeu que irá informar ao presidente do IMCE, além de  
140 assegurar que tudo está sendo devidamente registrado em ata. Diana Iliescu deu as boas vindas  
141 a Carlos Coelho e a Antônio Gastão, lembrando que o CMC tem caráter fiscalizador,  
142 considerando constrangedora estas denúncias de desvios de recursos. Falou sobre o Fórum  
143 Popular de Cultura, união de grupos formados pela sociedade civil e pelos conselheiros que  
144 vêm acompanhando a execução das políticas públicas culturais da cidade. Este  
145 acompanhamento gerou um relatório que contém o mapeamento das contratações e dos  
146 empenhos realizados em 2018, com agrupamentos por assunto, por fornecedores, por objetos

147 e com os valores pagos por serviços, especialmente, para contratação de artistas. Solicitou  
148 pauta para apresentar este relatório, mas devido ao fato de o espaço não ter sido preparado  
149 previamente, a apresentação ficou pautada para a próxima reunião. Frisou que a Lei deve ser  
150 cumprida e destacou o enorme gasto do orçamento, exemplificando o Festival Internacional de  
151 Corais e o Festival de Verão, além dos gastos com a Bauernfest e Natal Imperial, o que faz com  
152 que não seja aceitável a desculpa de que não há recursos para pagamento dos artistas e para  
153 liberar o edital público. Disse que o prefeito deveria assumir uma postura de estadista, uma vez  
154 que ele foi eleito pelo povo, tendo o dever de cumprir a Lei Orçamentária Anual. Lembrou que  
155 não houve gasto nenhum com recursos do Funcultura em 2018, sendo necessário que se tente  
156 reportar diretamente ao prefeito para obter esclarecimentos. André de Amorim reiterou que o  
157 prefeito deve comparecer à reunião do CMC. Leonardo Cerqueira solicitou que Mônica Leão  
158 informasse ao secretário chefe de Gabinete, Renan Campos, sobre isso, ao que foi respondido  
159 por ela que considera o caminho correto o secretário de cultura se dirigir a ele, obedecendo a  
160 uma questão hierárquica. Diana Iliescu continuou dizendo que o CMC não cederá com relação à  
161 publicação no Diário Oficial das duas resoluções deliberadas na reunião de novembro, cujo não  
162 cumprimento é crime que fere a Lei do SMC e o Regimento Interno do CMC. Mencionou o Coral  
163 Municipal, dizendo que nunca assistiu a nenhuma apresentação dele e nem soube de nenhum  
164 evento divulgado que justificasse o alto investimento aplicado no projeto ano passado, pedindo  
165 inclusive aos maestros presentes que se pronunciassem quanto a isto. Leonardo Cerqueira  
166 disse que conversou com a presidência do IMCE sobre a necessidade da publicação das  
167 referidas resoluções e informou que a Casa dos Conselhos foi oficiada e que ligou pessoalmente  
168 para a coordenadora solicitando respostas sobre a demora da publicação. Disse que continuará  
169 cobrando. Diana Iliescu se comprometeu de tentar conversar com Renan Campos sobre isso  
170 também. Leonardo Cerqueira esclareceu que, quanto aos mencionados pagamentos não  
171 realizados, o que foi empenhado vem sendo quitado, porém, alguns que foram firmados via  
172 patrocínio ainda estão aguardando pagamento. Informou ainda que o poder público tem  
173 analisado a situação, denotando sua vontade de solucionar o problema. Aproveitou para  
174 anunciar que foi confirmada a suplementação orçamentária de R\$ 330.000,00 no orçamento do  
175 Funcultura ainda esta semana, e que a Comissão de Projetos Culturais deverá aguardar  
176 posicionamento para reformatar o edital de projetos para ser publicado. Complementou que,  
177 conforme deliberado anteriormente, a comissão irá manter todo o texto anterior, atualizando  
178 somente as questões de datas para que o mesmo possa ser publicado este ano. Cerqueira

179 noticiou ainda o andamento da proposta de reforma da Lei do Sistema Municipal de Cultura,  
180 informando que o processo retornou da Assessoria Jurídica do Gabinete, apresentando  
181 sugestões técnicas de redação que não alteravam o conceito do texto proposto e aprovado.  
182 Perguntou se seria necessário que a Comissão de Revisão da Lei se reunisse para trabalhar com  
183 estas alterações, e André de Amorim reclamou que, na reunião de aprovação do texto final,  
184 Leonardo Randolpho modificou vários pontos, apesar da Comissão ter trabalhado  
185 criteriosamente em cada item. Leonardo Cerqueira lembrou que a proposta passou por uma  
186 audiência pública, que todo o processo foi legítimo e que não seria possível que ela sofresse  
187 modificações posteriores, a menos que seja por meio da Câmara Municipal, podendo ainda  
188 sofrer alterações solicitadas pelo Prefeito, já que é este quem encaminhará a proposta para a  
189 Câmara. Que esta possível reunião da Comissão de Revisão seria tão-somente para verificar as  
190 correções técnicas solicitadas pela Assessoria Jurídica do Gabinete. Mônica Leão defendeu que  
191 a Comissão devesse se reunir para garantir a lisura do processo, ficando então os membros de  
192 agendarem uma data mais tarde. Cerqueira informou que tentará resolver com a Comissão por  
193 email. Márcia Ganem frisou que é preciso acompanhar quando o processo irá para a votação  
194 na Câmara Municipal, e lá propor modificações, uma vez que o que ocorreu no dia da votação  
195 na assembleia do CMC foi legal, porém imoral. Lamentou que as perguntas que são feitas nunca  
196 são respondidas, pois verifica que alguns fatos chegam a configurar caso de polícia. Disse que é  
197 preciso que venha alguém nas reuniões capacitado a responder a todas estas questões; caso  
198 contrário, as respostas terão de ser dadas judicialmente. Leonardo Cerqueira respondeu que o  
199 CMC não é instância para apurar responsabilidades, e que isto deve ser feito pelos órgãos  
200 competentes. Carlão interveio dizendo que não é intenção de ninguém colocar a cultura na  
201 polícia, mas da forma como ela está sendo conduzida, ela vai acabar entrando na vara criminal,  
202 o que vai ser bem pior. Repetiu que deu voto de confiança ao novo gestor, e que as cobranças  
203 estão ainda no âmbito do CMC para buscar respostas sem expor mais a pasta. Mencionou o  
204 fato de Leonardo Randolpho colocar menores na mídia por meio do “Dó Ré Mi”, e fica pensando  
205 se os responsáveis por estes menores sabem que o maestro está envolvido em escândalos.  
206 Antônio Gastão se pronunciou em resposta à pergunta anterior de Diana Iliescu dizendo que,  
207 com relação ao Coral Municipal, não foi possível sequer assistir a nenhuma apresentação por  
208 coincidência de horários na sua agenda, e que não acompanhou o processo do convênio, mas  
209 viu divulgações sobre isso. Disse que sabe que foi lançado um concurso aberto e amplo, tanto  
210 para regentes como para cantores, o que explica o fato de ter havido integrantes moradores de

211 outras cidades. Em seguida Carlos Fecher usou a palavra para chamar a atenção para o  
212 montante de R\$ 1.085.000,00 gasto no Coral Municipal, perfazendo um total de um pouco mais  
213 de R\$ 90.000,00 por mês. Relatou que fez a prova para regência, e que considerou a mesma  
214 totalmente tendenciosa, pois faziam parte da banca Marcelo Vieira e Leonardo Randolpho,  
215 parecendo formada para favorecer ao candidato que venceu, uma vez que o primeiro é  
216 funcionário do Instituto Canarinhos, portanto subordinado ao vencedor. Mencionou ainda que  
217 a servidora Andréa Almeida, animadora cultural do quadro do IMCE, que acompanhou o  
218 processo de seleção, possui relação de parentesco com Marco Aurélio Lischt. Disse que levou  
219 todo o caso ao conhecimento do Ministério Público Estadual, mas que a promotora Vanessa  
220 Katz pareceu não se importar, talvez por utilizar o espaço no Centro de Cultura para aulas de  
221 dança de forró ministradas pelo namorado dela, sem no entanto passar regularmente por  
222 edital público. Continuou dizendo que, apesar de não ter sido selecionado para maestro, foi  
223 selecionado no concurso para cantor, já que também é cantor de formação, mas que após três  
224 meses integrando o grupo foi convidado a se retirar. Relatou o caso de um dos candidatos,  
225 Saulo de Leucas, cantor cego que não foi aceito sequer para concorrer por conta de sua  
226 deficiência, apesar de conter todos os requisitos de cantor de coral, e que o IMCE justificou a  
227 negativa inclusive alegando que aquele seria “um coral sério”. Que este caso foi colocado na  
228 justiça e que o IMCE perdeu, sendo condenado na obrigação de pagar uma multa de mil reais  
229 por dia de indenização, até que o cantor pudesse prestar a prova. Que o cantor Saulo de Leucas  
230 fez a prova mas não sabe o resultado, sendo que o convênio não vigora mais e que o Coral está  
231 parado. Complementou sua fala, frisando que o Coral Municipal, apesar de custar tão caro aos  
232 cofres públicos, fazia concertos para uma plateia composta de no máximo sessenta pessoas, e  
233 não formou público. Considera que o Coral precisaria realizar ao menos cinco concertos por  
234 mês para justificar o tamanho dos gastos investidos nele. Alegou que a presidente do Instituto  
235 Movarte, Josília Fassbender, se apresenta como maestrina sem o ser, envolvendo assim a UCP e  
236 o Instituto Movarte em uma situação vergonhosa. Acrescentou que o Coral Municipal não fez a  
237 política pública que deveria ter feito. Disse que muitos dos seus cantores moravam no Rio de  
238 Janeiro e que portanto não poderiam participar de uma quantidade maior de concertos  
239 alegando a longa distância. Acusou o regente assistente do coro, Paulo Afonso, de ganhar por  
240 um serviço que não realiza, já que ocupa um cargo de chefia do Coral Municipal. Ressaltou que  
241 pontua todos estes itens não por querer perseguir a pessoa de Leonardo Randolpho, mas porque  
242 é preciso que o passado seja sempre lembrado para que seus erros não se repitam. Por fim,



243 disse que estes pouco mais de um milhão de reais investidos no Coral Municipal deveriam ser  
244 repartidos aos diversos corais do município, possibilitando que vários desses pudessem  
245 apresentar um trabalho de qualidade e realmente realizar uma política fomentadora de canto  
246 coral, e que lamenta que o Coral Municipal não tenha cumprido o seu papel na política pública.  
247 Sônia Pereira observou que Leonardo Cerqueira acaba por ser o “para-raios” de toda esta  
248 situação, pois é a pessoa que está na linha de frente, e, justamente, quem não está presente é  
249 quem deveria responder por todas estas questões. Disse ainda que ela, enquanto conselheira,  
250 também é muito cobrada pelo seu segmento quanto às respostas que não são dadas.  
251 Wanderléya de Oliveira perguntou de onde vem a determinação de que no palco do Theatro D.  
252 Pedro só podem agora se apresentar maiores de 18 anos, ao que foi respondida por Cerqueira  
253 que o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, enviou por  
254 escrito esta determinação ao IMCE até que a situação de legalização exigida ao Theatro seja  
255 regularizada. Wanderléya de Oliveira lembrou que, ao utilizar este espaço em ocasiões  
256 anteriores, contribuiu com extintores e demais equipamentos de segurança exigidos, de forma  
257 a viabilizar os espetáculos. Diana Iliescu perguntou de onde veio a emenda parlamentar  
258 direcionada para a reforma do Theatro, e Leonardo Cerqueira disse que não tinha a informação  
259 mas pediu a Lucas Santa Rosa para verificar. Márcia Ganem encaminhou uma pauta para a  
260 próxima assembleia de apresentação de um projeto estruturante do segmento de produção  
261 cultural, sem publicação de edital. Colocado em votação, o encaminhamento foi aprovado.  
262 Diana Iliescu lamentou o fato de que alguns blocos carnavalescos não puderam desfilar por não  
263 ter podido atender às exigências de documentação, e comentou que o SESC e algumas casas  
264 privadas que programaram eventos de carnaval sofreram uma fiscalização rigorosa e alguns  
265 foram até impedidos de realizar programação. Achou isso um absurdo porque a mudança  
266 exigida foi repentina. Sugeriu então que sejam feitas oficinas de capacitação para liberação de  
267 eventos, de forma a garantir a realização do próximo Carnaval que, afinal, é uma tradição que  
268 possui importância social, gera economia e é um elemento de catarse e lúdico. Lamentou que  
269 uma cidade como Petrópolis, que foi tema de escola de samba no Rio de Janeiro, não tenha  
270 apoiado a festa local. Carlão complementou que houve abuso de autoridade por parte da PM,  
271 pois casas como o Estúdio Aldeia, que sofreu intervenção, não devem ser consideradas  
272 privadas, mas sim públicas, pois possuem alvará de funcionamento. Diana Iliescu perguntou  
273 sobre a realização da festa de entrega do Prêmio Maestro Guerra-Peixe de Cultura e  
274 questionou porque os conselheiros não foram convidados para a cerimônia. Disse ainda que o

275 Fórum Popular gostaria de propor algumas modificações no regulamento do Prêmio para as  
276 próximas edições, sugerindo que os artistas doravante possam se inscrever para concorrer,  
277 alegando que existe muita reclamação por parte da classe cultural de que alguns espetáculos  
278 não são visitados por nenhum jurado e nem tampouco indicados. Citou como exemplo o grupo  
279 de teatro Pessoal Aí. Diana Iliescu se dirigiu a Carlos Coelho dizendo que irá lhe enviar um  
280 dossiê que reúne os pleitos e demandas até agora mencionados, o qual foi entregue em janeiro  
281 a Marcelo Florêncio, para que ele possa tomar conhecimento dos fatos, ressaltando que o que  
282 se quer, basicamente, é que o governo assuma as publicações das resoluções que determinam  
283 o cumprimento da Lei do SMC e a execução das obras emergenciais do prédio do Centro de  
284 Cultura. Leonardo Cerqueira respondeu que a situação ocorrida no Carnaval foi atípica, pois  
285 houve uma intervenção judicial na última hora. Aproveitou para agradecer ao conselheiro Lucas  
286 Carvalho e a Mestre Ivo, que ajudaram a reunir os representantes de agremiações e, junto com  
287 o IMCE, realizaram uma força-tarefa para auxiliar os blocos a conseguir suas liberações. Disse  
288 ainda que o IMCE sofreu diretamente para viabilizar os quatro pontos de eventos carnavalescos  
289 que estavam sob a sua responsabilidade. Diante do que aconteceu, Leonardo Cerqueira  
290 recomenda que a partir de já, todos, de uma forma geral, devem se atentar aos prazos para que  
291 os eventos sejam viabilizados. Carlão lembrou que anteriormente os blocos eram legalizados  
292 por meio da FCTP. Leonardo Cerqueira disse que foi feita uma reunião no dia 08 de fevereiro  
293 com os blocos para que todas as providências fossem tomadas, porém, a partir do dia 25,  
294 ocorreu este problema judiciário, o que dificultou em cumprir com as exigências em tempo  
295 hábil. Carlão mencionou que a delegada Dra. Juliana Ziehe não teve outra alternativa a não ser  
296 indeferir a saída dos blocos, pois até o último momento não havia recebido o pedido do IMCE  
297 de “nada a opor”. André de Amorim afirmou que tem verificado que os conselheiros estão  
298 assumindo uma posição mais profissional, o que o faz sentir orgulho de fazer parte deste grupo.  
299 E que o que se quer é que se faça justiça, sendo preciso que as situações negativas sejam  
300 devidamente oficiadas e documentadas, de forma a não acontecerem mais. Acrescentou que  
301 fez parte da composição da Comissão de Acompanhamento do Carnaval eleita no Conselho no  
302 meio do ano passado, mas que nunca houve uma reunião, ou ao menos ele nunca foi chamado  
303 para participar. Que sabe que alguns estabelecimentos tiveram permissão para funcionar no  
304 Carnaval e outros não, o que configura uma atitude arbitrária. Sugere que este seja um caso de  
305 se ir à delegacia para denunciar, sendo esta uma atitude coletiva que deve partir da classe.  
306 Enfatizou que tudo está ocorrendo com a conivência do poder público, e convidou que os

307 conselheiros que representam o governo reflitam e levantem a mão para votar no conselho  
308 somente pelo que é justo, ao contrário de votar sempre com o governo. Repetiu que é uma  
309 vergonha ter de aceitar as modificações impostas por Leonardo Randolpho na reunião que  
310 aprovou o texto final do projeto de reforma da Lei do SMC, pois que o mesmo foi elaborado por  
311 um trabalho metódico de uma comissão de pessoas competentes e capacitadas. Tornou a dizer  
312 que o prefeito deve comparecer à assembleia para dar explicações, e se sente magoado de se  
313 submeter a tantas situações que não são levadas adiante. Dado o avançar da hora, Leonardo  
314 Cerqueira encerrou a reunião. Foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 2ª secretária do  
315 CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, sr. Leonardo Cerqueira de  
316 Oliveira. Petrópolis, 08 de abril de 2019.

**Leonardo Cerqueira de Oliveira**  
Presidente

**Maria Luísa Rocha Melo**  
2ª Secretária